

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

v. 26

n. 9-10

set./out. 2014

Artigos Doutrinários

11

Crime de conspiração: uma análise crítica do projeto de Código Penal, 11

Marcelo Meireles Lobão

Soltura de *balões sem fogo*: a inconstitucionalidade de leis municipais que autorizam essa prática e a tipicidade criminal da conduta, 29

Marcelo Honorato

Inovações Legislativas

41

Medida Provisória 656, de 07/10/2014.

Decreto 8.302, de 04/09/2014.

Decreto 8.303, de 04/09/2014.

Decreto 8.304, de 12/09/2014.

Decreto 8.315 de 24/09/2014.

Decreto 8.325 de 07/10/2014.

Acórdãos — Inteiros Teores

43

Corte Especial — Licitação. Projeto da rede nacional de transporte rodoviário de passageiros, 43

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0009327-13.2014.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Presidente

Corte Especial — Precatório. Competência do juízo da execução, 48

Mandado de Segurança 0031803-79.2013.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Primeira Seção — Servidor público. Pensão por morte. Companheira. Habilitação tardia, 53

Ação Rescisória 0005844-09.2013.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Primeira Seção — Revisão de benefício decorrente de acidente de trabalho. Incompetência da Justiça Federal, 56

Numeração única: 0037132-82.2007.4.01.0000

Ação Rescisória 2007.01.00.037587-3/MG

Relator: Juiz Federal Cleberon José Rocha (convocado)

Segunda Seção — Empresa securitária, equiparada a instituição financeira sem autorização legal. Suspensão do exercício da atividade econômica, 59

Mandado de Segurança Criminal 0029082-23.2014.4.01.0000/BA

Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

Segunda Seção — Denúncia. Prefeito municipal. Supostas irregularidades na condução de procedimentos licitatórios, 65

Inquérito Policial 0028458-42.2012.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Terceira Seção — Concurso público. Exame psicotécnico. Perfil profissiográfico. Previsão legal, 70

Ação Rescisória 0005117-55.2010.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Terceira Seção — Exploração de gás natural. *Royalties*. Critério de distribuição, 75

Numeração única: 0016022-75.2008.4.01.3400

Sumário

Embargos de Declaração nos Embargos Infringentes 2008.34.00.016092-3/DF
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quarta Seção – Execução contra a Fazenda Pública. Crédito-prêmio do IPI, 78

Embargos Infringentes na Apelação Cível 0023270-20.2002.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Quarta Seção – Retomada de despacho aduaneiro. Inexistência de violação ao art. 18 da Lei 9.779/1999, 84

Ação Rescisória 0036996-46.2011.4.01.0000/BA
Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Primeira Turma – Procurador de Estado. Aposentação anterior à nomeação para o cargo de juiz federal, 92

Apelação/Reexame Necessário 0017496-42.2012.4.01.3400/DF
Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Primeira Turma – Servidor público federal. Revisão de incorporação de quintos pela atividade efetivamente exercida. Desvio de função. Diferenças salariais entre os cargos, 98

Apelação Cível 0061344-16.2011.4.01.3400/DF
Relator: Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (convocado)

Segunda Turma – Pensão por morte. Qualidade de segurado. Recolhimento à prisão no período de graça, 101

Numeração única: 0004942-17.2007.4.01.9199
Apelação Cível 2007.01.99.005220-0/RO
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Turma – Salário-maternidade. Trabalhadora rural. Qualidade de segurada especial, 104

Apelação Cível 0013749-21.2010.4.01.9199/PI
Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Terceira Turma – Concussão. Deputado federal, 108

Apelação Criminal 0036953-07.2005.4.01.3400
Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Terceira Turma – Desapropriação. Acordo homologado em juízo. Descumprimento. Cláusula *rebus sic stantibus*. Teoria do adimplemento substancial, 111

Agravo de Instrumento 0022688-34.2013.4.01.0000/MG
Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Quarta Turma – Introdução de estrangeiro clandestinamente no País. Cárcere privado, 118

Numeração única: 0008434-11.2003.4.01.3200
Apelação Criminal 2003.32.00.008439-3/AM
Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quarta Turma – Crime ambiental. Direito à preservação do meio ambiente. Direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão) que consagra o postulado da solidariedade, 124

Numeração única: 0001160-17.2009.4.01.3804
Apelação Criminal 2009.38.04.001161-4/MG
Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quinta turma – Aterro sanitário. Área de segurança aeroportuária. Dano ambiental, 139

Numeração única: 0005871-10.2004.4.01.3200
Reexame Necessário na Ação Civil Pública 2004.32.00.005878-9/AM

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Cativoiro de passeriformes da fauna silvestre brasileira sem autorização do Ibama. Conversão da pena de multa em prestação de serviços à comunidade, 143

Apelação/Reexame Necessário 0050582-36.2010.4.01.3800/MG

Relatora: Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada)

Sexta Turma – Aneel. Implantação de serviços em área com direitos de servidão minerária. Perigo de impossibilidade de desfazimento. Suspensão do ato administrativo, 151

Agravo de Instrumento 0019898-43.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sexta Turma – Responsabilidade civil. Servidor público. Vítima fatal de acidente de trânsito. Culpa concorrente, 155

Numeração única: 0021367-81.2006.4.01.3500

Apelação/Reexame Necessário 2006.35.00.021455-3/GO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Sétima Turma – ITR. Áreas de preservação permanente e de reserva legal. Registro imobiliário. Ato declaratório ambiental. Inexigibilidade, 163

Numeração única: 0028866-55.2007.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2007.38.00.029427-0/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Sétima Turma – Exame. OAB. Invalidação da nota. Devolução do tema ao examinador. Nova avaliação, 166

Apelação Cível 0005596-28.2013.4.01.3400/DF

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Relator p/acórdão: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Oitava Turma – Ingresso de moeda no País em montante superior ao permitido por lei. Restituição negada 169,

Numeração única: 0038964-43.2004.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2004.34.00.048062-0/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – Pena de suspensão do exercício profissional. Penalidade subsistente até o pagamento da dívida pelo advogado, 170

Apelação Cível 0004937-78.2012.4.01.4200/RR

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Decisões Monocráticas

175

Refs. Apropriação dos valores. Novo pedido de adesão. Reabertura do prazo, 175

Agravo de Instrumento 0040991-62.2014.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Manobras ilícitas para frustrar a satisfação dos créditos tributários. Penhora semanal sobre o faturamento da empresa executada, 177

Agravo de Instrumento 0044577-10.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

UHE Três Irmãos. Reversão dos bens. Discussão dos valores. Indenização, 180

Agravo de Instrumento 0046642-75.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Sumário

Caixa Econômica Federal. Contratação de empresas para a prestação de serviços técnicos. Suspensão de exigências constantes do edital, 183

Agravo de Instrumento 0045122-80.2014.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

União e Instituto Aerus de Seguridade Social. Pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílio-doença. Planos Varig e Transbrasil, 185

Numeração única: 0010295-77.2004.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2004.34.00.010319-2/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Concurso público. Cargo de analista legislativo. Garantia do direito de permanecer no regime previdenciário anterior, até o trânsito em julgado, 195

Agravo de Instrumento 0045826-93.2014.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Anac. Regularização da aeronave. Dispensa de exigência, 198

Agravo de Instrumento 0038414-14.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Exploração do estacionamento do Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Brasília, 200

Agravo de Instrumento 0054024-22.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

DNIT. Suspensão da empresa recorrida de participação de licitações, 2003

Agravo de Instrumento 0053977-48.2014.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Advogados e sociedades de advogados inscritos na seccional da OAB/RO. Suspensão do envio de informações protegidas pelo sigilo bancário à Receita Federal do Brasil, 205

Suspensão de Execução de Sentença 0053431-90.2014.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Presidente

Imposição de segredo de justiça para somente uma das partes do processo. Ilegalidade, 210

Agravo de Instrumento 0067549-08.2013.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

UFJF. Abstenção em celebrar contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), 211

Agravo de Instrumento 0051213-89.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Programa Nacional de Controle da Dengue. Fundo Estratégico/Opas. Processo de aquisição de inseticidas. Afastamento de exigência, 213

Agravo de Instrumento 0010492-95.2014.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

JEFs em Revista

217

Mora do Poder Executivo no envio de projeto de lei ao Congresso Nacional sobre a revisão anual da remuneração dos servidores públicos federais. Indenização por danos morais e materiais, 217

Numeração única: 0060137-55.2006.4.01.3400

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2006.34.00.917546-0

Relator: Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo

Pensão especial. Soldado da borracha. Possibilidade de cumulação com outro benefício previdenciário, 218

Numeração única: 0018000-66.2012.4.01.3200

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2012.32.00.914242-5

Relator : Juiz Federal Herculano Martins Nacif

Agravo interno. Decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização de jurisprudência. Decisão irrecurável, 219

Numeração única: 0011973-81.2010.4.01.3800

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2010.38.00.702437-2

Relatora: Juíza Federal Ana Carolina Campos Aguiar

Relator p/ acórdão: Juiz Federal Érico Rodrigo Freitas Pinheiro

Breviário

223

Conflito de competência entre seções. Contrato administrativo. Telefonia. Assinatura básica. Mudança de endereço.

Ação rescisória. Pensão por morte. Servidor militar. Rateio entre a viúva e a ex-esposa beneficiária de pensão alimentícia.

Ação rescisória. Ação de improbidade administrativa. Nova decisão do TCU. Aprovação de contas anteriormente não aprovadas. Condenação desconstituída.

Desconstituição de penhora no rosto dos autos. Competência da Justiça do Trabalho.

Imposição de expedição de nota de empenho. Inobservância da regra da submissão ao precatório.

Absorção de funcionários da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Pretensão de ascensão funcional. Impossibilidade.

Aposentadoria especial. Trabalho exercido em frigorífico.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Banco clandestino. Gestão fraudulenta. Autoridades sem prerrogativa de foro.

Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Administradores e conselheiros de cooperativa de crédito.

Advogado. Direito de ser recolhido preso em sala de Estado Maior ou, na sua falta, em prisão domiciliar.

Improbidade administrativa. Emendas propostas por parlamentar para aquisição de ambulâncias. Ato de improbidade.

Concurso público. Procurador do Banco Central do Brasil. Nomeação. Efeitos retroativos condicionados a aprovação no processo de qualificação.

Direito do idoso. Internação hospitalar. Assistência por um acompanhante. Restrição em função do sexo.

FUB. Plágio. Impedimento à utilização. Indenização.

Exceção de suspeição. Magistrado. Docência na instituição de ensino integrante da relação processual.

FUB. Contrato de trabalho temporário. Sucessivas prorrogações. Ausência de concurso público.

Ação civil pública. Nulidade de ato normativo do Bacen e da Receita Federal. Recolhimento da CPMF.

Ação civil pública. Fraude em exame da OAB/GO. Anulação do exame quanto ao réu envolvido no ilícito. Condenação dos réus em dano moral coletivo.

Execução fiscal. Imposto de Renda. Definição do fato gerador do tributo.

Sumário

Isonção tributária. Unesco. Convenção sobre privilégios e imunidades das agências especializadas das Nações Unidas.
Acordo básico de assistência técnica.

Imposto de Renda. Previdência privada. Repetição de indébito. Dedução de valores restituídos na declaração de ajuste.